



5º Encontro Nacional de Mulheres do PT
01 e 02 de julho de 1995
Belo Horizonte - MG

I. Conjuntura e impacto sobre as mulheres

O país vive hoje a aplicação de um programa político e econômico que se esboçou no governo Collor. Em função das resistências do movimento social organizado, das condições de desenvolvimento industrial e econômico da sociedade brasileira, o modelo neoliberal entrou de forma tardia no país. Mais tarde que nos países da América Latina, o governo brasileiro se torna hoje a ponta de lança da implantação da política neoliberal. O governo Fernando Henrique, eleito já no primeiro turno das eleições presidenciais, a partir da maior coalizão das forças conservadoras no país nos últimos trinta anos, encontra uma passividade social, embalada pelo apoio dos meios de comunicação, na aplicação da agenda neoliberal. Os elementos centrais de sua política se baseiam em reduzir do papel do Estado, privatizando e minimizando as políticas sociais; integrar o país à lógica do mercado internacional; reduzir os gastos do capital, desregulamentando as relações de trabalho.

Governo ameaça os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras

Os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, conquistados ao longo de anos de luta sindical e popular, estão sob ameaça. Alguns dos itens, consolidados na Constituição de 88, como abono de 1/3 nas férias e licença maternidade, entram na agenda de desregulamentação do governo. Em um marco mais amplo de reformas, o governo pretende eliminar as leis que regulamentam direitos sociais e trabalhistas deixando para os trabalhadores, em condições absolutamente desiguais frente o patronato, negociar diretamente a manutenção do valor do salário, sob o manto do contrato coletivo e da desindexação da economia, na verdade desindexando os salários. As categorias mais organizadas poderão ter força de negociar condições de trabalho razoáveis, mas o ponto de partida certamente será menor que a referência hoje dada pela Constituição. A situação será ainda pior para o grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras do mercado informal. Qual a possibilidade de negociação terão as empregadas domésticas ou as costureiras que trabalham por empreita para as confecções? Sem dúvida, nestes setores menos organizados, com menor poder de barganha e à mercê da força do patronato, ou do mercado, estão as mulheres.

Dos 39% de mulheres que se declaram como economicamente ativas 1/3 não tem carteira assinada. Cada vez mais mulheres trabalham em tempo parcial ou no domicílio. A média dos salários das mulheres equivale à metade do salário dos homens. Em resumo, apesar das mulheres estarem cada vez mais no mercado de trabalho, elas ainda

não conquistaram as mesmas condições e oportunidades que os homens. No entanto, ao invés do governo propor ações afirmativas que mudem a lógica deste mecanismo de exclusão, ele pretende lavar as mãos, deixando as relações trabalhistas ao cuidado das "livres" forças do mercado.

É preciso ter políticas sociais

As mulheres se vêem, muitas vezes, restritas ao mercado informal pela possibilidade de compatibilizar o trabalho remunerado com o cuidado da casa e dos filhos. Já que, na nossa sociedade, o trabalho doméstico não é dividido igualmente entre os membros da família e o Estado não presta serviços de apoio à reprodução social, de forma generalizada.

A existência de creches e escolas de maior período, que atendessem toda a demanda, garantiria melhores condições para o crescimento profissional das mulheres.

As políticas neoliberais vão justamente pelo caminho contrário. O saneamento das contas públicas pelo corte de gastos sociais e a privatização de serviços não garante a universalização de direitos, mas o acesso diferenciado segundo o que cada um pode pagar. Somando-se à desregulamentação das relações de trabalho, esta equação só tem um resultado: aumento da miséria. Junto com a miséria aumentou o número de famílias sustentadas por mulheres sozinhas. Considerando os baixos salários que as mulheres recebem estas famílias, geralmente, vivem em péssimas condições e só sobrevivem com a contribuição do trabalho dos filhos, muitas vezes menores de idade.

A resposta do neoliberalismo ao agravamento da pobreza é o atendimento emergencial e transitório a grupos de risco (em particular setores em situação de miséria) mediante programas compensatórios como o Programa Comunidade Solidária. Nada que venha reverter a situação, mas apenas amenizá-la. É uma política assistencialista e não para melhorar, de fato, as condições de vida das mulheres.

Direitos na Previdência estão ameaçados

As propostas que o governo federal apresentou para a reforma da Previdência Social foram o primeiro sinal de suas intenções. Ele fazia a exigência de 40 anos de contribuição, tempo igual para aposentadoria de mulheres e homens, urbanos e rurais. O princípio destas alterações é um tratamento igual para os desiguais que só vem a reforçar as injustiças de nosso país. Para igualar o tempo de aposentadoria entre homens e mulheres é preciso primeiro melhorar os salários e as condições de



5º Encontro Nacional de Mulheres do PT 01 e 02 de julho de 1995 Belo Horizonte - MG

I. Conjuntura e impacto sobre as mulheres

O país vive hoje a aplicação de um programa político e econômico que se esboçou no governo Collor. Em função das resistências do movimento social organizado, das condições de desenvolvimento industrial e econômico da sociedade brasileira, o modelo neoliberal entrou de forma tardia no país. Mais tarde que nos países da América Latina, o governo brasileiro se torna hoje a ponta de lança da implantação da política neoliberal. O governo Fernando Henrique, eleito já no primeiro turno das eleições presidenciais, a partir da maior coalizão das forças conservadoras no país nos últimos trinta anos, encontra uma passividade social, embalada pelo apoio dos meios de comunicação, na aplicação da agenda neoliberal. Os elementos centrais de sua política se baseiam em reduzir do papel do Estado, privatizando e minimizando as políticas sociais; integrar o país à lógica do mercado internacional; reduzir os gastos do capital, desregulamentando as relações de trabalho.

Governo ameaça os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras

Os direitos dos trabalhadores e trabalhadoras, conquistados ao longo de anos de luta sindical e popular, estão sob ameaça. Alguns dos itens, consolidados na Constituição de 88, como abono de 1/3 nas férias e licença maternidade, entram na agenda de desregulamentação do governo. Em um marco mais amplo de reformas, o governo pretende eliminar as leis que regulamentam direitos sociais e trabalhistas deixando para os trabalhadores, em condições absolutamente desiguais frente o patronato, negociar diretamente a manutenção do valor do salário, sob o manto do contrato coletivo e da desindexação da economia, na verdade desindexando os salários. As categorias mais organizadas poderão ter força de negociar condições de trabalho razoáveis, mas o ponto de partida certamente será menor que a referência hoje dada pela Constituição. A situação será ainda pior para o grande contingente de trabalhadores e trabalhadoras do mercado informal. Qual a possibilidade de negociação terão as empregadas domésticas ou as costureiras que trabalham por empreita para as confecções? Sem dúvida, nestes setores menos organizados, com menor poder de barganha e à mercê da força do patronato, ou do mercado, estão as mulheres.

Dos 39% de mulheres que se declaram como economicamente ativas 1/3 não tem carteira assinada. Cada vez mais mulheres trabalham em tempo parcial ou no domicílio. A média dos salários das mulheres equivale à metade do salário dos homens. Em resumo, apesar das mulheres estarem cada vez mais no mercado de trabalho, elas ainda

não conquistaram as mesmas condições e oportunidades que os homens. No entanto, ao invés do governo propor ações afirmativas que mudem a lógica deste mecanismo de exclusão, ele pretende lavar as mãos, deixando as relações trabalhistas ao cuidado das "livres" forças do mercado.

É preciso ter políticas sociais

As mulheres se vêem, muitas vezes, restritas ao mercado informal pela possibilidade de compatibilizar o trabalho remunerado com o cuidado da casa e dos filhos. Já que, na nossa sociedade, o trabalho doméstico não é dividido igualmente entre os membros da família e o Estado não presta serviços de apoio à reprodução social, de forma generalizada.

A existência de creches e escolas de maior período, que atendessem toda a demanda, garantiria melhores condições para o crescimento profissional das mulheres.

As políticas neoliberais vão justamente pelo caminho contrário. O saneamento das contas públicas pelo corte de gastos sociais e a privatização de serviços não garante a universalização de direitos, mas o acesso diferenciado segundo o que cada um pode pagar. Somando-se à desregulamentação das relações de trabalho, esta equação só tem um resultado: aumento da miséria. Junto com a miséria aumentou o número de famílias sustentadas por mulheres sozinhas. Considerando os baixos salários que as mulheres recebem estas famílias, geralmente, vivem em péssimas condições e só sobrevivem com a contribuição do trabalho dos filhos, muitas vezes menores de idade.

A resposta do neoliberalismo ao agravamento da pobreza é o atendimento emergencial e transitório a grupos de risco (em particular setores em situação de miséria) mediante programas compensatórios como o Programa Comunidade Solidária. Nada que venha reverter a situação, mas apenas amenizá-la. É uma política assistencialista e não para melhorar, de fato, as condições de vida das mulheres.

Direitos na Previdência estão ameaçados

As propostas que o governo federal apresentou para a reforma da Previdência Social foram o primeiro sinal de suas intenções. Ele fazia a exigência de 40 anos de contribuição, tempo igual para aposentadoria de mulheres e homens, urbanos e rurais. O princípio destas alterações é um tratamento igual para os desiguais que só vem a reforçar as injustiças de nosso país. Para igualar o tempo de aposentadoria entre homens e mulheres é preciso primeiro melhorar os salários e as condições de

trabalho das mulheres, além de garantir políticas sociais universais que apoiem a reprodução social.

Governo não tem propostas de políticas públicas para mudar a vida das mulheres. O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher.

O governo Fernando Henrique ressuscitou o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM). O Conselho tem atuado basicamente como organismo de propaganda e com pouco poder para efetivamente propor políticas que alterem as condições de vida das mulheres. E não parece que este quadro vá mudar. Durante alguns anos, vários setores do movimento de mulheres trabalharam com uma política de integração dos movimentos sociais à política dos Conselhos. Na verdade, os Conselhos dos Direitos da Mulher, pouco ou nada se colocavam como organismos governamentais em seu âmbito, e muito mais se reforçando como "lobbies" institucionais de setores do movimento de mulheres. Atuavam prioritariamente como articuladores do governo, ou de franjas do governo, junto ao movimento de mulheres ou, o que era mais freqüente, como instrumentos institucionais de setores do movimento de mulheres. Neste sentido, jamais se constituíram efetivamente como organismos governamentais que disputavam a orientação de gênero das políticas públicas do Executivo e atuavam na implementação destas políticas.

A proposta desenvolvida pelo PT, que disputamos em nossas primeiras administrações municipais, e que mantivemos no programa de governo do Lula, era criar uma Secretaria Especial da Mulher, com verba própria, que articulasse políticas públicas para as mulheres com as demais Secretarias. O elemento central desta proposta é a visão de que o organismo responsável pelas políticas de gênero junto ao Executivo - municipal, estadual ou federal - deve ser um organismo de articulação e implementação de políticas. Assim, trata-se de um organismo executivo, que é órgão do seu respectivo governo e tem como papel articular e implementar, em conjunto com as outras secretarias do governo, as políticas públicas que visem alterar a situação de discriminação das

mulheres. Essa ainda continua sendo nossa proposta. Por isso o projeto do PT ainda é um projeto em disputa.

Seja porque o PT é oposição ao governo FHC, seja pelo questionamento à política dos Conselhos, é incoerente com a política do partido participarmos diretamente ou da articulação de composição do Conselho Nacional. Bastava o fato dessa instância, que é também um entre tantos outros órgãos governamentais existentes, se articular em projeto mais geral do governo FHC. Além disso, o Conselho Nacional já anunciou sua intenção de adequar-se à lógica da "Comunidade Solidária" e não a implementação de políticas públicas e equipamentos sociais que alterem a situação social e familiar das mulheres. Nossa posição tem sido a de caracterizar os conselhos da mulher, como são compostos e como atuam, como organismos governamentais e que respondem pela política dos partidos que estão no governo.

É esta a base para se definir a relação do PT e das petistas com o Conselho Nacional. Também aí cabe a orientação geral do partido frente o governo. É importante não esquecer que as mulheres do PT têm papel diferenciado e são oposição. A entrada de petistas em instâncias governamentais é contrária à posição democraticamente decidida pelo partido.

Ainda que possamos avaliar o quão progressistas ou não são as mulheres que compõem o atual Conselho Nacional, ou outras instâncias governamentais, o fato de existir mulheres progressistas nas instâncias governamentais não quer dizer que elas representam o movimento e muito menos que o PT deva se comprometer com esses organismos, o que só significaria o PT garantir a legitimidade de uma política do governo que não corresponde às nossas posições.

Não somos contra a democratização do Estado, mas avaliamos que não é isso que o governo FHC está propondo. É preciso resgatar as propostas que discutimos quando da elaboração do programa de governo do Lula: um organismo executivo, com orçamento e articulação com as diferentes áreas do governo para implementar políticas públicas dirigidas às mulheres.

II. Política para o movimento de mulheres

Situação do movimento de mulheres

Hoje é bastante ampla a avaliação sobre o significado do feminismo no Brasil. A prática demonstrou que o reconhecimento dos elementos de luta das mulheres identificados com o feminismo podem mobilizar um movimento amplo de mulheres, com um caráter de massas. Já é cada vez mais difícil dizer que existem dois movimentos, um movimento feminista e um movimento de mulheres, ou que o feminismo é propriedade dos grupos autônomos.

Diante desta situação, cabe perguntar: Qual o modelo organizativo necessário para os desafios atuais? Isto recoloca a discussão sobre as formas de organização preconizadas pelo feminismo: horizontalidade, negação da existência de coordenações, descentralização. Precisamos discutir as formas de organização e as estratégias de ação tanto do ponto de vista de uma crítica aos limites

da atuação do movimento de mulheres, quanto das propostas para sua superação. Entre os limites a serem superados está a constatação de que a horizontalidade e descentralização, da forma como são defendidas e implementadas pelo movimento de mulheres, não impediram a construção de hierarquias e relações autoritárias no movimento e tampouco garantem a expressão das diversidades. Além disso, uma fragilidade óbvia do movimento é que a visão de descentralização e horizontalidade é, com freqüência, contraposta à possibilidade de definir posições majoritárias que possam levar a respostas coletivas e à necessária articulação que dê ao movimento de mulheres força para intervir na conjuntura.

Pensar o movimento e organizar a luta

O feminismo, como identidade da defesa dos direitos das mulheres, cresceu sua base social. Hoje, em vários setores dos movimentos sociais, as mulheres se identifi-

cam com a luta por bandeiras específicas. Assim, aumenta a demanda do setor organizado de mulheres por uma proposta de ação. Ao mesmo tempo, cresce um novo marco de análise da opressão das mulheres. É neste marco que podemos destacar as seguintes questões:

1) a adoção do conceito de gênero como categoria de análise, que coloca claramente a construção do masculino e feminino como uma questão social e que estrutura o conjunto das relações sociais;

2) o envolvimento do movimento com agendas diversas (como por exemplo as da ONU e suas conferências) e então a necessidade de pensar o feminismo dentro de programas gerais: modelo de desenvolvimento, população, direitos humanos etc;

3) a relação com os espaços governamentais, que foi mostrando que políticas públicas para alterar a situação das mulheres têm que ser incorporadas pelo conjunto de políticas governamentais e também na forma de gestão do Estado.

Entretanto, até mesmo pela dificuldade de coordenação geral do movimento de mulheres, estas questões ainda são pouco consolidadas e, no momento de definição de plataformas e calendários, ainda prevalece a setorização e a divisão por temas. Isso em contraponto ao que seria introduzir gênero ou definir as políticas sob uma ótica feminista para cada um dos setores da política geral, estabelecendo diretrizes com conteúdo de gênero para nortear o conjunto de programas e ações.

Articular o feminismo no campo democrático e político

É possível dizer que existe uma distância entre o que aspira a maior parte das mulheres que se mobilizam em diferentes movimentos e no movimento de mulheres organizado e os setores que, em geral através das ONG's, definem a agenda do movimento de mulheres. A grande maioria das ativistas ou militantes que se identificam com uma plataforma feminista, ainda que não de forma estruturada, e muitas vezes sem consciência do seu conteúdo feminista, fazem parte de um campo político definido como democrático e popular, onde o feminismo se vincula a um processo global de transformação social. Portanto, um programa feminista para a maior parte deste movimento deverá articular as demandas das mulheres como parte de um programa democrático e socialista.

Um projeto organizativo só poderá se estruturar a partir de um projeto político. A partir daí definirá também o campo de alianças, de relações, inclusive de relações internacionais, bem como a definição das prioridades de ação.

A elaboração feminista do PT, principalmente para os programas governamentais, inclusive municipais, há bastante tempo tem colocado essa perspectiva. Um programa governamental deve articular as demandas em favor da igualdade das mulheres no conjunto de seu programa, mantendo um órgão governamental específico para articular e para coordenar a implantação deste programa.

Essa visão deve, também, orientar nossas propostas em relação a construção de uma política e plataforma feminista para o movimento de mulheres. Um movimento que tenha estruturas de articulação da diversidade do feminismo existente, de forma democrática, e que seja capaz de articular formas de lutas diretas. É nesta perspectiva que consideramos essencial que o movimento de mulheres tenha posições definidas de autonomia frente aos governos, reivindicando intransigentemente a garantia dos direitos das mulheres e um política que contribua para a construção das condições de igualdade entre homens e mulheres em todos os âmbitos.

Do ponto de vista das bandeiras pressupõe, a partir de uma análise das relações de gênero e da condição das mulheres, eleger prioridades que possam modificar a vida do conjunto das mulheres e permitir a estruturação de campanhas que articulem o conjunto da força do movimento de mulheres.

Definir prioridades

Avaliamos ser importante estabelecer prioridades de atuação e intervenção do movimento.

Na área do trabalho: Na atual conjuntura, é fundamental uma atenção especial para a área do trabalho envolvendo não só a regulamentação dos direitos das mulheres mas, também, a defesa dos direitos previdenciários. Essa é uma das questões, como vimos na parte de conjuntura, de ataque central do governo Fernando Henrique. Já vimos a mobilização das trabalhadoras rurais. E é indispensável ampliarmos esta luta, e garantir uma participação das mulheres das diferentes categorias e das companheiras que não estão no mercado formal de trabalho. Além disso, este assunto interessa, também, às mulheres jovens.

Políticas públicas que alterem as condições de vida cotidiana e do trabalho doméstico: a questão das creches. Outra questão que, sem dúvida, pesa nas condições cotidianas de vida das mulheres é a ausência de políticas públicas e os cortes dos governos nos investimentos sociais. Ninguém pode negar que a área onde menos tivemos avanço foi nas políticas que interferem na sobrecarga das mulheres com o trabalho doméstico. O mais importante nesta área é a ausência de creches e escolas. O direito de creches nunca foi regulamentado. Os governos não tem investido na implantação de escolas em período integral ou centros de recreação onde as crianças possam permanecer durante o dia.

Saúde e direitos reprodutivos: a descriminalização do aborto. E finalmente, na área da saúde, todas as discussões feitas em relação a descriminalização do aborto foram paralisadas. Os encaminhamentos para mudança do Código Penal não avançaram. Não conseguimos constituir um movimento de apoio a descriminalização do aborto junto aos profissionais que atuam na área de saúde. Nem mesmo nas prefeituras petistas conseguimos garantir o mínimo que foi implantado na gestão do PT, em São Paulo. É essencial que o movimento de mulheres tome em suas mãos a articulação e mobilização desta luta.

III. Propostas para a Secretaria de Mulheres

O Papel da Secretaria no PT

Desde a fundação do Partido tem sido fundamental a existência de organismos específicos de mulheres nas instâncias partidárias. O trabalho de mulheres tem contribuído para fortalecer a participação das mulheres no partido e também para aprofundar as propostas e dessa forma contribuir para a ação e intervenção das mulheres petistas junto aos movimentos sociais organizados.

É certo que o reconhecimento dessa participação nem sempre acontece. Muitas vezes o reconhecimento é fruto de embates e conquistas. E sem dúvida do acúmulo de nosso trabalho em todos estes anos de construção do PT.

O papel das mulheres petistas junto aos movimentos sociais e movimento de mulheres

Há mulheres filiadas ao Partido dos Trabalhadores que atuam em diferentes instâncias partidárias e também em diferentes movimentos sociais.

Não compartilhamos com a idéia daqueles que acham que devemos fazer dos movimentos um braço para concretizar as políticas discutidas no partido, no entanto, isso não significa que o PT não tenha propostas para o movimento. Nossa atuação pode, inclusive, fortalecer a luta das mulheres com ações conjuntas e a presença das mulheres petistas em campanhas.

Hoje as mulheres sindicalistas, principalmente as vinculadas a CUT, e as da Central de Movimentos Populares são dois setores do movimento de mulheres, que pela capacidade de mobilização que apresentam, são estratégicos para construir um movimento de mulheres forte, que centralize e priorize bandeiras de luta em nível dos Estados e nacionalmente. São setores que devemos fortalecer e com os quais devemos trabalhar juntos.

O plano de trabalho da Secretaria Nacional de Mulheres do PT deverá dar conta de definir nossas prioridades e a dinâmica geral de nossa articulação no movimento.

